

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2012

ESTADO DO TOCANTINS



DIRETORIA EXECUTIVA

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR

Presidente

ANTÔNIO CARLOS DE LIMA BORGES

Diretor de Infraestrutura do Negócio

EDUARDO JOSÉ LIMA CUNHA

Diretor de Análise e Reestruturação

CARLOS PEDROSA JÚNIOR

Diretor de Controle e Risco

GILVANDRO NEGRÃO SILVA

Diretor Comercial e de Distribuição

WILSON EVARISTO

Diretor de Gestão de Recursos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

1. O MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE
2. A AMAZÔNIA E SUAS POTENCIALIDADES
3. O PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO FEDERAL 2012 A 2015 E SEUS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS
4. O MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DA AMAZÔNIA LEGAL E SUAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL
5. O BANCO DA AMAZÔNIA E O SEU PAPEL COMO AGENTE DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA
6. A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PARA 2012 E OS RESULTADOS ESPERADOS
7. O ESTADO DE TOCANTINS E SUAS PRIORIDADES ECONÔMICAS

ANEXOS

ANEXO I – CLASSIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE BENEFICIÁRIOS

ANEXO II – ESTÁGIO ATUAL DOS APL SELECIONADOS PARA O ESTADO E PRINCIPAIS DESAFIOS PARA O SEU DESENVOLVIMENTO

ANEXO III – MAPEAMENTO DAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS NO ÂMBITO DOS SEGMENTOS ECONÔMICOS PRIORITÁRIOS E AÇÕES PREVISTAS

ANEXO IV – DIAGNÓSTICO SITUACIONAL DOS NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS IDENTIFICADOS NAS ÁREAS JURISDICIONADAS DAS AGÊNCIAS DO BANCO DA AMAZÔNIA NO ESTADO

ANEXO V – SITUAÇÃO ATUAL DOS PROJETOS ESTRUTURANTES DESENVOLVIDOS NO ESTADO

ANEXO VI – INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO TÉCNICO PARA O PLANEJAMENTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2012

ANEXO VII – PONTOS DE ATENDIMENTO DO BANCO DA AMAZÔNIA NO ESTADO

APRESENTAÇÃO

Este **Plano de Aplicação dos Recursos do Estado do Tocantins para 2012** é produto dos encontros técnicos para o planejamento da aplicação dos recursos operacionalizados pelo Banco da Amazônia, realizados na Cidade de Palmas (TO) nos dias 29 e 30 de agosto de 2011, os quais foram organizados e coordenados pelo Banco da Amazônia, e contou com a efetiva participação dos agentes públicos e privados que atuam na economia do Estado, refletindo a sinergia e o compromisso interinstitucional com a questão do desenvolvimento regional em bases sustentáveis.

Referido Plano foi concebido com a finalidade de ser uma importante ferramenta orientadora da atuação do Banco da Amazônia no Estado e encontra-se estruturado em sete capítulos que fazem uma abordagem sobre o meio ambiente e a sustentabilidade; a Amazônia e suas potencialidades; o Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal 2012 a 2015 e seus princípios fundamentais; o Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal e suas estratégias de produção e gestão ambiental; o Banco da Amazônia e o seu papel como agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia; a programação financeira para 2012 e os resultados esperados e o Estado do Tocantins e suas prioridades econômicas.

A atuação do Banco da Amazônia é focada em um novo modelo de desenvolvimento baseado em negócios sustentáveis, com ações estratégicas de apoio aos empreendimentos inseridos em arranjos produtivos locais, projetos sustentáveis e estruturantes, visando a valorização das potencialidades locais e, dessa forma, contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população, a inclusão social e a redução das desigualdades intra e inter-regionais.

O Banco da Amazônia espera, com este Plano, dar mais um passo para o aperfeiçoamento e fortalecimento de sua política de crédito, priorizando a alocação de recursos financeiros em apoio aos empreendimentos que estejam devidamente alinhados ao novo padrão de financiamento preconizado pela Instituição, com vistas à alavancagem de negócios sustentáveis no Estado que possibilitem a geração de mais oportunidades de trabalho e renda à população local, bem como o crescimento da economia paraense.

Por fim, gostaríamos de agradecer, em nome da Diretoria do Banco da Amazônia e de seus empregados, aos nossos parceiros institucionais que atenderam ao nosso convite para contribuir nesta iniciativa de trabalho participativo em benefício do conjunto da sociedade local, ao mesmo tempo em que conclamamos a todos para que juntos possamos realizar o melhor possível visando o desenvolvimento do Estado do Tocantins e da Amazônia como um todo.

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JÚNIOR
Presidente do Banco da Amazônia

1. O MEIO AMBIENTE E A SUSTENTABILIDADE

No limiar do século XXI, a variável ambiental ganhou status de geradora de produtos e serviços, assumindo condição estratégica e indispensável para a conquista de novos mercados, considerando as exigências da sociedade moderna pelo consumo de produtos gerados em processos e sistemas de produção sustentáveis.

Sob essa perspectiva, a sociedade do século atual vem experimentando profundas modificações comportamentais. No campo econômico, a crescente preocupação socioambiental revela-se uma extraordinária mudança no paradigma capitalista onde as empresas não podem ter o lucro como única preocupação e objetivo, a responsabilidade social e o compromisso com a sustentabilidade são considerados cada vez mais determinantes nas decisões dos consumidores, dos governos e de toda a sociedade organizada.

Essas mudanças tendem a se tornar ainda mais dinâmicas num mundo globalizado visto que os segmentos empresariais buscam incessantemente novas estratégias de venda para conquistar os consumidores cada vez mais exigentes, principalmente na área de alimentos, e as empresas exportadoras, igualmente, são desafiadas para romper as barreiras de ordem ambiental impostas pelos maiores mercados.

Embora no comércio internacional a questão ambiental venha sendo debatida desde a década de 1970, somente no final da década de 1990 é que tais mudanças se tornaram mais perceptíveis, quando os países mais desenvolvidos começaram a estabelecer restrições para acesso aos seus mercados através de medidas sanitárias, rotulagem ambiental, rastreabilidade e certificação do produto.

Referida conjuntura impõe ao setor produtivo assumir uma postura de aliado do meio ambiente, a partir da utilização de processos produtivos que incorporem tecnologias ambientalmente limpas com vistas a conservar os recursos naturais e preservar a saúde dos consumidores, sem perder de vista a rentabilidade dos negócios como meio de garantir a permanência das empresas no mercado e conquista de outros.

Por outro lado, esta nova ordem econômica, na medida em que implica na adoção de processos ambientalmente sustentáveis, exige a implantação de sistemas de gestão ambiental nas empresas e/ou propriedades induzindo a abertura de espaços para novos serviços e conseqüentemente mais oportunidades de emprego.

Apesar de todo aspecto de reputabilidade e imagem que os negócios ambientais agregam à moderna empresa, o novo paradigma é fruto, também, da constatação de que a incorporação da sustentabilidade como estratégia de gestão das empresas representa maior eficiência e produtividade. A propagada dualidade entre produção e respeito ao meio ambiente vem sistematicamente perdendo a força, em decorrência da existência cada vez maior de exemplos práticos de negócios sustentáveis.

A poluição é antes de tudo uma ineficiência, ou seja, os resíduos decorrentes do processo produtivo são derivados do não aproveitamento completo do insumo utilizado, ou de suas propriedades, representando um elevado custo agregado ao preço final dos produtos, em função dos processos de destinação final e tratamento. Dessa forma, novos processos produtivos, mais racionais em uso de recursos naturais, bem

como a reutilização de resíduos para outras atividades, representam uma maior eficiência no uso dos insumos resultando em maior produtividade para a atividade econômica.

Isto significa que essa nova dinâmica produtiva consolida a mudança de paradigma indo além da transformação resultante dos aspectos mercadológicos que a imagem de empresa socioambiental responsável pode agregar. Trata-se de uma nova economia baseada em negócios sustentáveis e competitivos.

No caso particular da Amazônia, a importância da economia em bases sustentáveis cresce exponencialmente, considerando, sobretudo, sua condição de principal reserva de biodiversidade e de água da terra, bem como ser uma das maiores detentoras de recursos naturais do planeta. Se do ponto de vista ambiental residem na Amazônia as principais esperanças de equilíbrio do sistema global, principalmente no que se refere às mudanças climáticas, do ponto de vista econômico a Região tem sido alvo da cobiça internacional, dado ao imensurável estoque de riquezas que abriga.

Neste sentido, a Região Amazônica assume uma importância estratégica que a torna foco das atenções mundiais, inclusive no que se refere ao debate cada vez mais recorrente sobre sua internacionalização. Assim, desenvolver a Amazônia em bases mais sustentáveis, por meio da transformação do atual modelo de desenvolvimento econômico baseado na economia tradicional, representa a melhor resposta aos defensores da sua internacionalização, mostrando claramente que a sociedade brasileira é suficientemente responsável e madura para ser a guardiã da Região.

2. A AMAZÔNIA E SUAS POTENCIALIDADES

Contando com uma extensão territorial de 5.088.668,5 Km² (cerca de 60% do território nacional) e abrangendo nove estados brasileiros, a Amazônia possui imensas potencialidades para o seu desenvolvimento em bases sustentáveis. A Região dispõe de um patrimônio natural com grandes riquezas biológicas, consistindo em um sistema integrado pela continuidade da floresta que, juntamente com a sua grande bacia hidrográfica, unifica vários subsistemas ecológicos.

A Região Amazônica detém 1/3 das florestas tropicais úmidas do mundo; reúne a maior reserva de biodiversidade do planeta; concentra 3,5 milhões de hectares de floresta virgem; possui 750 espécies

diferentes de árvores e o maior banco genético da terra. Conta ainda, com elevado potencial hidrelétrico que possibilita não somente o abastecimento interno de energia, mas também a exportação energética para outras regiões do país; extraordinária reserva mineral, havendo a perspectiva de diversificação, a curto e médio prazo, da industrialização do setor, além da extração de petróleo e gás natural em seu território; a disponibilização de grande fonte pesqueira, existindo em suas águas mais de 1.500 espécies diferentes de peixes, além de crustáceos como o camarão e o caranguejo, este encontrado nos manguezais.

Setorialmente, destaca-se o agronegócio regional, envolvendo os produtos madeireiros, carnes, pescado, grãos, óleos, frutas, indústria moveleira, indústria florestal não madeireira, turismo, artesanato indígena e beneficiamento de produtos florestais. No âmbito da indústria convencional, especialmente do segmento eletro-eletrônico, vem ocorrendo a internalização de alguns estágios de produção, fato que tem contribuído para a geração de novas oportunidades de negócios e criação de empregos.

No entanto, a utilização das potencialidades amazônicas visando transformá-las em reais oportunidades para a realização de negócios sustentáveis depende, necessariamente, do fortalecimento do sistema de alianças entre os diversos agentes, públicos e privados, que atuam no processo de desenvolvimento regional, com vistas à construção de arranjos institucionais fortes e capazes de mobilizar sinergias para o atendimento das necessidades da Região.

Entre as principais necessidades para o desenvolvimento sustentável da Amazônia destacam-se: a implantação de uma infraestrutura econômica capaz de facilitar o armazenamento, o escoamento e a comercialização da produção; a promoção do ordenamento territorial mediante a regularização fundiária, a proteção dos ecossistemas, os direitos das populações tradicionais e a melhor destinação das terras para a exploração produtiva; a melhoria dos serviços de assistência técnica e extensão rural prestados aos produtores da Região e a capacitação tecnológica dos setores produtivos tradicionais da Região, de forma a propiciar adequada inserção comercial, a introdução de novos empreendimentos baseados em conhecimento técnico-científico avançado, em especial com relação ao uso sustentável da floresta, e outras ações que permitam a agregação de valor aos produtos regionais.

3. O PLANO PLURIANUAL DO GOVERNO FEDERAL 2012 A 2015 E SEUS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS

O Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal é o instrumento de planejamento que estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, os objetivos e as metas da Administração Pública Federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada, conforme disposto no artigo 165 da Constituição de 1988.

A estratégia de desenvolvimento adotada pelo governo brasileiro nos últimos oito anos, baseada principalmente no controle da estabilidade econômica e no incentivo ao consumo de massa, alinhada com políticas públicas focadas em investimentos no setor de infraestrutura e na inclusão social, possibilitou o surgimento de uma nova concepção de planejamento público, que busca não apenas a eficiência da gestão financeira, mas também a eficácia e efetividade da ação governamental.

Sob essa perspectiva, o PPA 2012 a 2015 busca criar condições efetivas para a formulação, a gestão e a implementação das políticas públicas, definindo os espaços de atuação do Plano e do Orçamento, além de qualificar a comunicação com a sociedade. Neste sentido, o PPA 2012 a 2015 tem como foco a

organização da ação de governo nos níveis estratégico e tático, enquanto o Orçamento responde pela organização no nível operacional.

A estrutura do PPA 2012 a 2015 permite comunicar à sociedade os principais objetivos de governo e suas respectivas metas de maneira mais simples e direta, ao mesmo tempo em que propicia o aprimoramento do diálogo com todos os entes federados, poderes do Estado e atores da sociedade.

O PPA 2012 a 2015 está fundamentado nos seguintes princípios:

- Participação social como importante instrumento de interação entre o Estado e o cidadão com vistas à efetividade das políticas públicas;
- Incorporação da dimensão territorial na orientação da alocação dos investimentos;
- Estabelecimento de parcerias com os estados, os municípios, a iniciativa privada e a sociedade civil, visando à união de esforços para o alcance de objetivos comuns;
- Aperfeiçoamento das diretrizes para uma alocação orçamentária mais eficiente e na priorização dos investimentos;
- Foco na execução das políticas públicas, com a valorização do conhecimento sobre referidas políticas;
- Foco na efetividade, entendida como desempenho quanto à transformação de uma realidade, que aponta mudanças socioeconômicas, ambientais ou institucionais necessárias e que deverão decorrer das políticas públicas; e
- Foco na eficácia, relacionada com a dimensão tática do Plano, entendida como a incorporação de novos valores às políticas públicas e a entrega de bens e serviços ao público correto, de forma adequada, no tempo e lugar apropriados.

4. O MACROZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO DA AMAZÔNIA LEGAL E SUAS ESTRATÉGIAS DE PRODUÇÃO E GESTÃO AMBIENTAL

O Macrozoneamento Ecológico-Econômico (MacroZEE) da Amazônia Legal, aprovado pelo Decreto n.º 7.378, de 1º de dezembro de 2010, foi elaborado através de um amplo processo de discussão nos âmbitos da Comissão Coordenadora do Zoneamento Ecológico-Econômico do Território Nacional, composta por treze ministérios e pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, e do Grupo de Trabalho para a Elaboração do Macrozoneamento Ecológico-Econômico da Amazônia Legal, constituído por representantes dos nove estados da Região e pelas instituições do Consórcio ZEE Brasil.

O MacroZEE da Amazônia Legal representa um instrumento de orientação para a formulação e espacialização das políticas públicas de desenvolvimento, ordenamento territorial e meio ambiente, assim como para as decisões dos agentes privados. Seu objetivo precípua consiste em assegurar a sustentabilidade do desenvolvimento regional, indicando estratégias produtivas e de gestão ambiental e territorial em conformidade com a diversidade ecológica, econômica, cultural e social da Amazônia.

O MacroZEE da Amazônia Legal dialoga e mantém uma relação de mão dupla com as principais iniciativas que estão transformando a Amazônia e que contam com forte legitimação política e social, referenciadas, de um modo geral, nas diversas políticas, planos e programas cujas ações estratégicas estão integradas às diretrizes do Plano Amazônia Sustentável (PAS).

Há um consenso de que a implementação das estratégias do MacroZEE da Amazônia Legal somente será plenamente alcançada se for impulsionada por um novo bloco de forças políticas, econômicas e sociais, comprometido com os princípios, critérios e práticas da sustentabilidade. Neste sentido, o MacroZEE da Amazônia Legal passa a compor a agenda de desenvolvimento da Amazônia, indicando para o poder público e para a sociedade organizada as estratégias que reposicionam a Região na vanguarda da transição para a sustentabilidade.

A implementação do MacroZEE da Amazônia Legal contribuirá para a necessária inovação institucional que permitirá a articulação das ações públicas para alcançar um modelo de desenvolvimento pautado no uso sustentável dos recursos naturais amazônicos. Seu sucesso depende, em grande medida, no comprometimento e na melhoria da atuação das várias instituições federais e estaduais responsáveis pela sua implementação, que refletirá na maior presença do Estado na Região.

Para cumprir os objetivos do MacroZEE da Amazônia Legal, foram estabelecidas dez unidades territoriais denominadas segundo as seguintes estratégias principais de produção e de gestão ambiental:

- Fortalecimento do corredor de integração Amazônia-Caribe;
- Fortalecimento das capitais costeiras, regulação da mineração e apoio à diversificação de outras cadeias produtivas;
- Fortalecimento do policentrismo no entroncamento Pará-Tocantins- Maranhão;
- Readequação dos sistemas produtivos do Araguaia-Tocantins;
- Regulação e inovação para implementar o complexo agroindustrial;
- Ordenamento e consolidação do pólo logístico de integração com o Pacífico;
- Diversificação da fronteira agroflorestal e pecuária;
- Contenção das frentes de expansão com áreas protegidas e usos alternativos;
- Defesa do coração florestal com base em atividades produtivas sustentáveis; e
- Defesa do Pantanal com a valorização da cultura local, das atividades tradicionais e do turismo.

5. O BANCO DA AMAZÔNIA E O SEU PAPEL COMO AGENTE DAS POLÍTICAS, PLANOS E PROGRAMAS DO GOVERNO FEDERAL PARA A AMAZÔNIA

Banco da Amazônia foi criado no ano de 1942 com o nome de Banco de Crédito da Borracha (BCB). Sua atuação tinha por objetivo promover o desenvolvimento a partir de incentivos à exploração da borracha natural, em apoio às Forças Aliadas durante a Segunda Guerra Mundial.

Em 1950, o BCB foi transformado em Banco de Crédito da Amazônia (BCA) e passou a participar de forma mais abrangente do processo de desenvolvimento regional, financiando todos os segmentos econômicos da Região. A partir de 1966, como Agente Financeiro da política de crédito do Governo Federal para a Região Amazônica, assumiu a denominação de Banco da Amazônia.

A missão precípua do Banco da Amazônia é a de “criar soluções para que a Amazônia atinja patamares inéditos de desenvolvimento sustentável a partir do empreendedorismo consciente” tendo como foco de atuação a promoção do desenvolvimento econômico e social da Região em bases sustentáveis através da valorização das potencialidades regionais, com ações estratégicas voltadas para a redução das desigualdades intra e inter-regionais e melhoria da qualidade de vida da população local.

Por meio de sua Política Socioambiental, o Banco da Amazônia busca incorporar os componentes de sustentabilidade econômica, ambiental e social em todo o espectro de sua atuação, objetivando promover a solidificação de arranjos produtivos locais inovadores, inseridos em projetos alinhados aos pressupostos do desenvolvimento sustentável e articulados aos fluxos dos mercados nacional e internacional.

Trata-se de um modelo de financiamento que tem como foco o empreendedorismo consciente e o atendimento integral das necessidades do cliente, construindo um relacionamento bancário estreito e uma parceria fortalecida para o aproveitamento do meio ambiente como oportunidade para viabilização de negócios com sustentabilidade.

A gestão desse novo modelo de financiamento tem como pressuposto básico a concertação tripartite do ambiente no qual estão inseridas as atividades produtivas de cada estado. Isto significa que os

agentes que atuam no processo de desenvolvimento regional (governo, iniciativa privada e sociedade civil organizada) devem caminhar na mesma direção e articuladamente, de maneira a potencializar os resultados a serem alcançados e construir um processo de desenvolvimento sinérgico e duradouro.

A Política Socioambiental do Banco da Amazônia compreende critérios de categorização de clientes segundo os conceitos orientadores de indução, salvaguarda e exclusão.

A indução norteia a conduta do Banco da Amazônia frente às atividades econômicas sustentáveis que se deseja tornar a tônica na Região, visando a transição para um modelo de desenvolvimento que desestime práticas produtivas obsoletas e predatórias. Os empreendimentos categorizados sob essa ótica recebem tratamento preferencial e diferenciado, tendo em vista suas contribuições ao processo de desenvolvimento regional e efeito demonstrativo incentivador para outros projetos.

As salvaguardas são instrumentos mobilizados pelo Banco da Amazônia para promover o redirecionamento de práticas produtivas de atividades tradicionais, induzindo à incorporação de tecnologias sustentáveis, cuja evolução deverá ser periodicamente acompanhada. Ao atuar em atividades estratégicas, espera-se expandir a influência de adoção de práticas sustentáveis para um grande leque de atividades.

O Banco da Amazônia, mediante a exclusão na concessão de financiamentos, não apóia atividades econômicas baseadas em práticas que contradizem os princípios e valores da Instituição, bem como aquelas que sejam objeto de restrições na legislação vigente.

A atuação do Banco da Amazônia é pautada nos seguintes princípios:

- Aplicação rigorosa da ética, definida como escolha para o bem comum;
- Busca da excelência em todas as suas ações;
- Fundamentação das suas ações na criatividade e imaginação;
- Busca e criação incessante de novos conhecimentos para criar soluções cada vez melhores;
- Um "fazer acontecer" caracterizado por ousadia e coragem, capaz de induzir grandes mudanças e transformações;
- Total transparência em todos os seus atos, como fundamento para relações de confiança;
- Busca de harmonia e o respeito ao ser humano, em toda sua diversidade, culturas e expressões;
- Fomento à participação responsável no desenvolvimento da Região Amazônica baseada no diálogo, consenso e gestão compartilhada;
- Assegurar uma cultura essencialmente empreendedora na Organização, garantindo agilidade e eficácia no atendimento; e
- Busca da excelência pelo investimento contínuo na formação profissional e humana.

Os objetivos estratégicos do Banco da Amazônia são expressos através de sete desafios:

- **Indução:** consolidar um papel relevante na definição e implementação de políticas de desenvolvimento sustentável na Amazônia;

- **Fortalecimento:** fortalecer o Banco da Amazônia como instituição financeira voltada para o desenvolvimento sustentável da Região Amazônica;
- **Foco no cliente:** orientar a ação do Banco da Amazônia para satisfazer as necessidades do cliente, em especial aqueles empenhados em adotar práticas de desenvolvimento sustentável em seus negócios;
- **Gestão:** consolidar o novo modelo de gestão aprovado pelo Banco da Amazônia baseado em gestão estratégica, gestão de processos e gestão de projetos;
- **Infraestrutura:** desenhar e implementar uma estrutura que esteja em função da estratégia da Instituição;
- **Pessoas:** fomentar o desenvolvimento integral das pessoas como alavanca central para o cumprimento da missão do Banco da Amazônia; e
- **Rentabilidade:** alavancar resultados que gerem impacto positivo no desenvolvimento sustentável na Região Amazônica e valor para seus acionistas, clientes e colaboradores.

Visando o alcance dos seus objetivos estratégicos, o Banco da Amazônia alinhou suas estratégias de atuação focando do tradicional para o sustentável, do produto para o cliente e da Matriz para a Rede de Agências. Através desse alinhamento estratégico, o Banco da Amazônia espera obter ganhos de eficiência e produtividade e, conseqüentemente, impacto positivo no seu resultado operacional, decorrentes da monitoração das despesas e receitas, a partir do melhor aproveitamento da base de clientes, via melhoria do índice de penetração dos produtos.

O Banco da Amazônia é o agente das políticas, planos e programas do Governo Federal para a Amazônia, atuando com ações estratégicas alinhadas às seguintes prioridades:

- Apoio à Política Nacional de Reforma Agrária financiando atividades produtivas desenvolvidas em áreas de colonização;
- Contribuição com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) destinando recursos de seu próprio orçamento aos órgãos oficiais prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos estados da Região Norte;
- Contribuição com o Plano Safra do Governo Federal financiando a produção dos agricultores familiares da Região;
- Incentivo às micro e pequenas empresas desenvolvendo ações voltadas à ampliação do atendimento e à melhoria do acesso ao crédito para os empreendedores do segmento;
- Apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do Governo Federal mediante o financiamento de projetos que contemplam setores estratégicos da economia regional como transporte, saneamento básico e geração de energia;
- Apoio ao desenvolvimento do turismo em bases sustentáveis mediante a criação do Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia, em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT) do Governo Federal;
- Incentivo à cultura amazônica por meio do Programa "Amazônia Mais Cultura";

- Contribuição com a Política Nacional de Arranjos Produtivos Locais participando como membro do Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL) e apoiando a formação e o desenvolvimento de arranjos produtivos locais em todos os estados da Amazônia;
- Contribuição com o Plano Brasil Maior do Governo Federal apoiando a política industrial, tecnológica, de serviços e de comércio exterior voltada para a Amazônia visando à alavancagem da competitividade da indústria nos mercados interno e externo;
- Contribuição com o Plano “Brasil Sem Miséria” do Governo Federal por meio do apoio financeiro aos setores produtivos, suporte à produção e concessão de patrocínio;
- Participação no Mutirão Arco Verde do Governo Federal inaugurando uma nova fase para conservação e implantação de modelos de produção sustentável de prevenção e combate ao desmatamento e à grilagem de terras na Amazônia;
- Incentivo ao desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas na Amazônia destinando recursos para instituições regionais de ensino e pesquisa, com o objetivo de convergir conhecimento científico e/ou buscar alternativas e avanços tecnológicos que contribuam para o desenvolvimento regional sustentável;
- Estímulo ao desenvolvimento de atividades integradas à cadeia produtiva do agronegócio regional, da produção de biodiesel e da pesca e aquicultura;
- Apoio às populações tradicionais da Amazônia como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas, entre outros povos da floresta, que historicamente sempre foram excluídas das políticas governamentais;
- Estímulo ao incremento da produção pesqueira regional financiando a aquisição de barcos, motores e apetrechos de pesca aos pescadores artesanais e a construção de tanques e aquisição de alevinos aos empreendedores de aquicultura; e
- Adesão ao Programa de Microcrédito Produtivo Orientado do Governo Federal, através da implantação do Programa “Amazônia Florescer”, possibilitando o acesso ao crédito aos empreendedores populares da Região Amazônica.

6. A PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA PARA 2012 E OS RESULTADOS ESPERADOS

Para cumprir sua missão institucional de promover o desenvolvimento integrado e sustentável da Região Amazônica o Banco da Amazônia utiliza os seguintes instrumentos econômico-financeiros para aplicação no Estado:

- **Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO):** criado pela Constituição Federal de 1988 e regulamentado pela Lei n.º 7.827/89, o FNO tem seus recursos oriundos de 0,6% do produto da arrecadação do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza e do imposto sobre produtos industrializados para serem aplicados no financiamento das atividades econômicas desenvolvidas em bases sustentáveis na Região Norte. É operacionalizado através de cinco programas de financiamento: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF), o Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável), o Programa de Financiamento para Manutenção e Recuperação da Biodiversidade Amazônica (FNO-Biodiversidade), o Programa de Financiamento ao Microempreendedor Individual (FNO-Microempreendedor Individual) e o Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (FNO-Micro e Pequenas Empresas).
- **Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT):** atende exclusivamente micro e pequenos empreendedores urbanos, profissionais liberais e mini e pequenos produtores rurais, com ênfase na agricultura de base familiar, através dos programas PROGER Urbano, PROGER Rural e PRONAF.
- **Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA):** destina-se ao financiamento de projetos de infraestrutura de energia, telecomunicações, portos e rodovias.
- **Fundo da Marinha Mercante (FMM):** atende à empresas brasileiras de navegação (pessoas jurídicas, constituídas segundo às leis brasileiras, com sede no País, que tenham por objeto o transporte aquaviário, próprio ou fretado, autorizadas a operar).
- **Recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES):** destinam-se às empresas e produtores rurais de mini/micro, pequeno, médio e grande portes que atuam nos segmentos da agropecuária, agroindústria, indústria, turismo, comércio e serviços, infraestrutura e exportação.
- **Recursos do Orçamento Geral da União (OGU):** atendem, através do PRONAF, agricultores familiares da Região Amazônica, suas cooperativas e associações e pessoas jurídicas formadas exclusivamente de agricultores familiares.
- **Recursos da Carteira de Crédito Comercial:** atendem aos segmentos de pessoa jurídica e pessoa física no curto prazo.

Para o exercício de 2012 serão disponibilizados para aplicação na Região Amazônica recursos financeiros da ordem de **R\$ 5.985,72 milhões**. Esses recursos são originários das fontes de fomento (FNO, FDA, FAT, FMM, BNDES, OGU e Recursos Próprios) e da carteira de crédito comercial do Banco da Amazônia (v. Quadro I).

Quadro I: Dotação de Recursos Financeiros para Alocação na Região Amazônica em 2012

Fonte	R\$ Milhões
Recursos de Fomento	4.547,25
FNO	4.020,00
FDA	300,00

FAT	11,00
FMM	100,00
BNDES	63,25
OGU	10,00
Recursos Próprios (*)	43,00
Recursos da Carteira de Crédito Comercial	1.438,47
Total	5.985,72

(*) Para atendimento exclusivo das atividades econômicas dos estados do Maranhão e Mato Grosso, através de Recursos da Poupança, Recursos Obrigatórios e Recursos Livres.

Especificamente em relação ao FNO, a estimativa de recursos para alocação no Estado do Tocantins em 2012 é de **R\$ 683,40 milhões**, para financiamento projetado de **7.124 beneficiários/projetos**. A participação dos programas de financiamento na demanda dos recursos do Fundo será de 20% para aplicação através do Programa FNO-PRONAF e 80% pelos demais programas de financiamento. Os recursos terão a seguinte distribuição: 51% para o grupo de beneficiários com receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual de até R\$ 16 milhões, respeitando o limite mínimo de 20% para os beneficiários com faturamento de até R\$ 3,6 milhões; e de 49% para o grupo de beneficiários com receita operacional bruta anual ou renda agropecuária bruta anual acima de R\$ 16 milhões, respeitando o limite máximo de 20% para os beneficiários com faturamento acima de R\$ 90 milhões (v. Quadro II e Anexo I).

Quadro II: Distribuição dos Recursos do FNO no Estado em 2012

Receita Operacional Bruta Anual / Renda Agropecuária Bruta Anual	R\$ Milhões	%
Até R\$ 16 milhões	102,51	51*
Acima de R\$ 16 milhões	98,49	49**

(*) Respeitando o limite mínimo de 20% para os beneficiários com faturamento de até R\$ 3,6 milhões.

(**) Respeitando o limite máximo de 20% para os beneficiários com faturamento acima de R\$ 90 milhões.

Com a aplicação dos recursos financeiros espera-se alcançar os seguintes resultados socioeconômicos de significativa expressão e abrangência no desenvolvimento sustentável do Estado e da Região:

- Ampliação da base produtiva, da arrecadação fiscal e da infraestrutura econômica e social do Estado;
- Agregação de valor à produção estadual e elevação do Produto Interno Bruto do Estado;
- Aumento da oportunidade de emprego, de ocupação de mão-de-obra e da massa salarial;
- Promoção da inclusão social de populações de baixa renda;
- Redução do êxodo rural pelo estímulo à permanência do homem no campo;

- Criação de oportunidade para a introdução de novas tecnologias capazes de superar as deficiências no setor produtivo;
- Contribuição para a geração e o aumento de excedentes exportáveis;
- Estímulo à internalização de renda a partir do fortalecimento dos arranjos produtivos locais e das cadeias produtivas;
- Minimização das desigualdades internas através de incentivo à formação de novos pólos econômicos no interior;
- Melhoria do abastecimento interno de produtos básicos;
- Promoção da auto-sustentabilidade dos empreendimentos econômicos estaduais e estímulo ao aproveitamento econômico dos recursos naturais;
- Satisfação do cliente na habilitação, concessão e gestão do crédito;
- Crescimento dos negócios sustentáveis e conscientização da importância dos empreendimentos para o desenvolvimento local e regional;
- Elevação da renda real dos empreendedores/produtores e melhoria de sua qualidade de vida, de seus familiares e empregados;
- Criação de oportunidades de trabalho para os membros das famílias dos mini e pequenos produtores;
- Expansão da oferta de produtos diversificados para o consumo local e a melhoria do padrão alimentar da população;
- Maximização da renda dos consumidores, como reflexo da redução dos preços relativos dos produtos agrícolas e industriais;
- Conservação e/ou preservação do patrimônio natural, através da indução e do estímulo ao uso de melhores práticas produtivas que promovam o desenvolvimento da Região em bases mais sustentáveis;
- Reabilitação de áreas alteradas, ou em vias de degradação, mediante a adoção de tecnologias apropriadas;
- Contenção do avanço do desmatamento desordenado;
- Execução pelo Banco da Amazônia das Políticas, Planos e Programas do Governo Federal para o desenvolvimento da Região;
- Consolidação e fortalecimento de parcerias com objetivos convergentes e comprometidos com o desenvolvimento regional sustentável; e
- Fortalecimento institucional do Banco da Amazônia e seu reconhecimento como agente financeiro fomentador do desenvolvimento sustentável regional para que a Amazônia atinja patamares inéditos de sustentabilidade a partir do empreendedorismo consciente.

7. O ESTADO DO TOCANTINS E SUAS PRIORIDADES ECONÔMICAS

O Estado do Tocantins tem uma superfície de 277.620,9 Km² (5,3% do território da Região Amazônica) e está localizado no sudoeste da Amazônia, sendo composto por 139 municípios, cuja capital é Palmas. Suas fronteiras territoriais são com os Estados do Pará, Maranhão, Piauí, Bahia, Mato Grosso e Goiás.

A base produtiva do Estado do Tocantins está assentada na atividade não rural, tendo suas prioridades econômicas voltadas para iniciativas empreendedoras que visem a utilização racional das matérias-primas locais que venham contribuir para o aumento do valor agregado e, ao mesmo tempo, considerar o enorme valor intrínseco do ativo ecológico existente na Amazônia, de forma que os recursos naturais da Região sejam aproveitados com sustentabilidade.

O Produto Interno Bruto (PIB) do Estado do Tocantins é da ordem de R\$ 9,0 bilhões (IBGE/2007), enquanto o PIB per capita corresponde a R\$ 7,3 mil. O setor mais representativo na composição do PIB estadual é o de comércio e serviços, com participação relativa de 46%.

A posição geográfica privilegiada do Estado (centro geodésico do Brasil), associada a excelente disponibilidade de terras, permite que assumam destaque, principalmente, no âmbito do agronegócio, onde despontam diversas cadeias produtivas tais como: pecuária de corte, pecuária de leite, grãos, abacaxi, apicultura e piscicultura. Com oportunidades reais de desenvolvimento surgem as cadeias de minerais não-metálicos (cerâmica), do turismo e dos setores de sucroalcooleiro e reflorestamento.

Para o ano de 2012, as prioridades econômicas para financiamento pelo Banco da Amazônia no Estado do Tocantins estão voltadas para:

- O fortalecimento dos arranjos produtivos locais selecionados para o Estado;
- O estímulo aos negócios sustentáveis identificados nas áreas jurisdicionadas das agências do Banco da Amazônia localizadas no Estado e no âmbito dos segmentos da agricultura familiar, micro e pequena empresa, turismo, cultura, atividade florestal, indústria, projetos estruturantes, agronegócio e comércio e serviços;
- O apoio aos projetos no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e
- O apoio aos projetos estruturantes desenvolvidos no Estado.

Os Anexos II, III, IV e V apresentam as prioridades econômicas para financiamento pelo Banco da Amazônia no Estado do Tocantins em 2012.

ANEXOS

ANEXO I

CLASSIFICAÇÃO DOS GRUPOS DE BENEFICIÁRIOS

- a) Grupo de beneficiários mini/micro: receita operacional bruta anual de empresas ou renda agropecuária bruta anual de produtores rurais de até R\$ 240 mil, incluindo os microempreendedores individuais, conforme definido na Lei Complementar n.º 123/2006 e na Lei Complementar n.º 128/2008;
- b) Grupo de beneficiários pequenos: receita operacional bruta anual de empresas ou renda agropecuária bruta anual de produtores rurais acima de R\$ 240 mil e até R\$ 2,4 milhões;
- c) Grupo de beneficiários médio-pequenos: receita operacional bruta anual de empresas ou renda agropecuária bruta anual de produtores rurais acima de R\$ 2,4 milhões e até R\$ 16 milhões;
- d) Grupo de beneficiários médios: receita operacional bruta anual de empresas ou renda agropecuária bruta anual de produtores rurais acima de R\$ 16 milhões e até R\$ 90 milhões; e
- e) Grupo de beneficiários grandes: receita operacional bruta anual de empresas ou renda agropecuária bruta anual de produtores rurais superior a R\$ 90 milhões.

ANEXO II

ESTÁGIO ATUAL DOS APL SELECIONADOS PARA O ESTADO DO TOCANTINS E COMPROMISSOS INSTITUCIONAIS PARA A SUPERAÇÃO DOS DESAFIOS

APL	Situação Atual do APL	Principais Desafios para o Desenvolvimento do APL	Compromissos Institucionais para a Superação dos Desafios Identificados
Apicultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atualmente a produção de mel está em torno de 280 toneladas de mel/ano, com projeção de atingir 1.000 toneladas em todo o Estado até o final de 2014. ▪ Apoio de diversas instituições públicas e privadas, Banco da Amazônia e Banco do Brasil para a organização e ampliação da base produtiva ▪ A Câmara Setorial da Apicultura ainda é o principal instrumento de articulação entre produtores e instituições parceiras ▪ As condições climáticas e a diversidade da flora apícola do 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a assistência técnica ▪ Investir na capacitação dos produtores (parceria com o SEBRAE/TO) ▪ Aperfeiçoar a logística para o escoamento da produção a custos mais baixos ▪ Facilitar o acesso às agências financiadoras (burocracia na questão do preenchimento das planilhas) 	<ul style="list-style-type: none"> . O Governo do Estado estará realizando Concurso Público nos primeiros meses de 2012, visando a contratação de profissionais qualificados para atender os mini e pequenos produtores através do RURALTINS. . A SEAGRO a exemplo de 2011, promoverá cursos e seminários para capacitação dos produtores em parceria com o SEBRAE que vem apoiando incondicionalmente o APL. O Banco da Amazônia vem capacitando seus técnicos para realização das análises nas agências agilizando o processo decisório dos créditos.

	<p>Estado permitem ao produtor trabalhar com a apicultura convencional, a meliponicultura e a apicultura orgânica</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a base de informações da atividade no Estado ▪ Desenvolver plano de marketing para divulgação da produção de mel. 	<p>. Além da divulgação do setor no site da SEAGRO, destaca-se a importância da participação dos apicultores nas exposições tecnológicas e agropecuárias no Estado.</p>
Fruticultura	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O APL está bem desenvolvido com tendência expandir em 2012, com o início da produção no Projeto São João. ▪ Nos últimos cinco anos a produção tem se mantido estável em 245 mil toneladas de frutas, havendo tendência de crescimento com o funcionamento dos projetos hidroagrícolas Manoel Alves, São João, Sampaio e Gurita 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a quantidade de viveiros de produção de mudas credenciados junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) ▪ Buscar o aumento da produção e produtividade para que o Estado seja competitivo e possa prospectar negócios com as grandes redes de supermercados/atacadistas recém 	<p>No Projeto São João, produtores vem investindo na pesquisa de espécies adaptáveis à região, a exemplo do AÇAÍ, que tem o apoio do Ministério da Agricultura.</p> <p>O Governo do Estado anunciou a licitação de 70 lotes no Projeto Manoel Alves para 2012 e incremento das atividades ali desenvolvidas</p> <p>A produção de frutas no Tocantins em 2010 alcançou 173.500 ton, com destaque para Melancia com 87 mil toneladas, o abacaxi</p>

		instaladas em Palmas.	com 42.000 ton. e 25.000 toneladas de Banana.
Grãos e Oleaginosas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existem no Estado duas agroindústrias de produção de biodiesel (municípios de Porto Nacional e Paraíso), que utilizam óleo de soja importado de outros estados ▪ As culturas de oleaginosas com potencial para a produção de bicomcombustível no Estado são a soja (312 mil ha) e o pinhão manso (3.500 mil ha) 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Aumentar a área cultivada e maximizar a produtividade. Elevar o nível de capacitação de técnicos e produtores 	<p>. A subsecretaria da SEAGRO, visa a inserção dos pequenos produtores no cultivo de soja e amendoim em aproximadamente 18 mil ha.</p> <p>Atualmente o Tocantins conta com duas usinas de biodiesel (Brasil Ecodiesel e Biotins Energia).</p> <p>Na área de Etanol, o Tocantins possui três usinas em atividade: Arraias, Gurupi e Pedro Afonso.</p>

--	--	--	--

<p>Mandiocultura</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ A produção envolve todos os municípios do Estado ▪ Elevado número de agroindústrias que se encontram ociosas ou desativadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a qualidade da gestão e o nível de organização dos produtores de farinha ▪ Elevar o nível tecnológico no processo de produção e beneficiamento ▪ Adquirir semente para plantio de novas áreas ▪ Aumentar a eficiência das agroindústrias de farinha 	<p>O RURALTINS vem dando assistência ao APL juntamente com a SEAGRO, promovendo palestras em dias de Campo e incentivando a instalação de agroindústrias no Estado, para produção de farinha e amidos.</p> <p>Produtores do Paraná e Rio Grande do Sul, investem na atividade na região central do Estado.</p>
----------------------	--	---	--

<p>Pecuária de Corte</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O rebanho bovino tocantinense sofreu uma redução nos últimos cinco anos, correspondente a 5,12% ▪ O custo de produção do kg da carne é mais caro que em outros centros e a arroba da carne é mais barata ▪ Exportação de 8 milhões de kg/ano de carne (principalmente para Portugal, China, Rússia e Espanha) ▪ Os principais centros de exportação no Estado são os municípios de Araguaína, Gurupí, Nova Olinda e Paraíso ▪ O Estado possui o 10º rebanho nacional e é região livre de aftosa com vacinação ▪ A produção de couro no Estado é grande geradora de empregos 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Realizar a recuperação das pastagens do Estado ▪ Reduzir o custo dos insumos ▪ Elevar o nível de industrialização dos curtumes do Estado ▪ Ampliar a capacidade técnica do setor, principalmente na conservação dos couros onde ocorrem as maiores perdas 	<p>A responsabilidade para melhoria do setor envolve Governo, Instituições parceiras e Produtores.</p>
--------------------------	--	--	--

<p>Pecuária de Leite</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ O APL está implantado na região do Bico do Papagaio, abrangendo 25 municípios e sendo composto por 32 instituições ▪ A produção diária é de aproximadamente 145 mil litros ▪ O APL dispõe de um plano de ação com horizonte até 2011 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Facilitar o acesso ao crédito pelos laticínios da região ▪ Melhorar os serviços de assistência técnica e extensão rural ▪ Investir na melhoria das estradas vicinais ▪ Aumentar o valor agregado dos produtos 	<p>Secretaria da Agricultura, RURALTINS e SEBRAE estão acompanhando o desenvolvimento do APL.</p> <p>Será inaugurado em Sta. Terezinha do Tocantins o Laticínio Hojuara, já estimulando a produção de leite naquele Município que pertence ao Bico do papagaio.</p> <p>Destaca-se a implantação de Unidades do Projeto Balde Cheio pelo SEBRAE/RURALTINS/Prefeituras Municipais no Estado.</p>
--------------------------	--	--	--

ANEXO III

MAPEAMENTO DAS OPORTUNIDADES DE NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS NO ÂMBITO DOS SEGMENTOS ECONÔMICOS PRIORITÁRIOS E AÇÕES REALIZADAS

Segmento	Oportunidades para a Realização de Negócios Sustentáveis	Desafios	Ações Previstas para Fortalecer o Segmento no Estado	Ações Realizadas
Agricultura Familiar	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo do Governo do Estado à agricultura familiar organizada através da estratégia de APL, com ênfase para os APLs selecionados para o Estado ▪ Inexistência de conflitos agrários ▪ Acesso dos produtores ao crédito fundiário 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a qualidade dos projetos e a expedição da licença ambiental ▪ Continuar com a qualificação dos técnicos que dão assistência a esse público alvo ▪ Fortalecer e ampliar os serviços de assistência técnica e extensão rural ▪ Concluir o Zoneamento Econômico-Ecológico do Estado ▪ Inserir os produtores no mercado formal da agroindustrialização ▪ Conscientizar os produtores sobre os malefícios da queimada ao meio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ MDA, INCRA, GOVERNO DO ESTADO e CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CEDRUS): Reestruturar os projetos do Fundo de Terras Crédito Fundiário ▪ GOVERNO DO ESTADO/SEAGRO: Intensificar as vistorias dos imóveis rurais do crédito fundiário ▪ COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (CONAB): Ampliar a aquisição dos produtos da agricultura 	<p>Cada uma das Instituições na medida do possível vem desempenhando suas ações em prol da Agricultura Familiar. O CEDRUS vem mantendo reuniões mensais regularmente decidindo e aprovando os projetos apresentados pela equipe do Crédito Fundiário; credenciou mais três instituições para prestação de Assistência Técnica.</p> <p>As vistorias dos imóveis vêm ocorrendo de acordo com a demanda.</p>

		<p>ambiente</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular o desenvolvimento de pesquisas em tecnologias modernas ▪ Organizar a produção das associações e cooperativas como forma de obter escala e melhorar o nível de organização das classes produtoras 	<p>familiar</p>	
<p>Micro e Pequena Empresa</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento do setor automotivo (municípios de Araguaína, Colinas, Porto Nacional, Gurupí e Paraíso do Tocantins) ▪ Expansão da produção de cerâmica vermelha (Região Central do Estado) e confecções (Regiões Norte e Central do Estado) ▪ Fortalecimento do setor moveleiro (Região Norte do Estado) e de panificação 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a oferta de garantias ▪ Incentivar o emprego formal ▪ Maior articulação de políticas públicas ▪ Aperfeiçoar a organização contábil das micro e pequenas empresas ▪ Promover a qualificação da gestão empresarial e da mão-de-obra ▪ Incentivar a formalização das empresas Individuais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Promover capacitação e visitas às feiras nacionais e internacionais; Aportar recursos para a construção da sede da Cooperativa de Móveis de Guaraí e Região; Implantar o Programa Empreendedores da Beleza do Tocantins; Realizar programas de qualificação e aperfeiçoamento dos micro e pequenos empreendedores 	<p>Destaca-se o trabalho realizado em parceria com o SEBRAE na qualificação do Micro Empreendedor Individual.</p>

	(Município de Palmas)	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Sensibilizar e conscientizar o empreendedor quanto aos sistemas de associativismo e de cooperativismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO, INSTITUTO EUVALDO LODI (IEL) e SEBRAE/TO: Implantar o Programa "Tocantins Competitivo"; Intensificar o fomento à capacitação de micro e pequenos empresários e trabalhadores ▪ GOVERNO DO ESTADO, FIETO e SEBRAE/TO: Implantar o Pólo Ótico do Estado 	
--	-----------------------	---	---	--

Turismo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Incentivo aos Pólos Turísticos Encantos do Jalapão, Lagos e Praias do Cantão, Serras Gerais, Serras e Lago e Ilha do Bananal ▪ Fortalecimento da atividade turística, principalmente dos segmentos de ecoturismo, turismo de negócios e lazer 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Melhorar a infraestrutura turística ▪ Fortalecer a integração da cadeia turística ▪ Investir na capacitação do trade turístico local e em marketing ▪ Melhorar a qualidade dos projetos turísticos ▪ Inserir o produtor rural, principalmente da agricultura familiar, na cadeia do turismo 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO/ADTUR: Realizar o mapeamento dos pólos turísticos do Estado; Implantar o Programa de Desenvolvimento Turístico do Estado; Ampliar a qualificação dos equipamentos e serviços turísticos ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Elaborar o Plano de Incentivo ao Turismo na Amazônia para o Exercício de 2011 ▪ GOVERNO DO ESTADO/NATURATINS: Estimular a prática do ecoturismo nas unidades de conservação; Fomentar projetos de base comunitária 	<p>Foi feito o mapeamento e trabalho de Marketing com divulgação na mídia, terminais rodoviários e aeroportos.</p> <p>Incentivado o ecoturismo e esportes radicais, a exemplo da maior Tiroleza do País, construída no Município de Palmas, em Taquaruçu.</p>
Cultura	Construção de teatro, cinema e salões de eventos	Investir em divulgação e marketing	<ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Intensificar as ações no 	Concluída a construção do Shopping Capim Dourado, aonde se priorizou a

			<p>âmbito do Programa "Amazônia Mais Cultura"; Ampliar a concessão de patrocínios aos projetos culturais; Expandir as atividades do Projeto "5ª Cultural"</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Implantar o Programa de Desenvolvimento da Cultura do Estado do Tocantins; Promover o Festival cultural do servidor público; Criar novos centros culturais multifuncionais; Investir na preservação das tradições culturais indígenas. 	<p>construção de 06 salas de cinema.</p> <p>O Projeto 5ª Cultural vem revelando talentos e divulgando a cultura regional.</p>
--	--	--	---	---

<p>Atividade Florestal</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação de áreas degradadas e áreas de reserva legal e reservas permanentes ▪ Incentivo ao reflorestamento em áreas degradadas 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Promover a regularidade fundiária e ambiental das propriedades ▪ Praticar a utilização dos créditos de reposição florestal para amortização dos financiamentos ▪ Ampliar os mercados consumidores para os produtos florestais 	<p>GOVERNO DO ESTADO e IBAMA: Intensificar a fiscalização ambiental e a expedição de licenciamento</p>	<p>As ações estão sendo realizadas.</p> <p>Realizado o EXPO FLORESTAS aonde especialistas defendem o zoneamento ecológico como passo importante a silvicultura. Defendido no seminário alternativas de geração de energia elétrica por meio de florestas.</p>
----------------------------	---	---	--	---

<p>Indústria</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Criação/revitalização de fundos de aval/garantia, programas de refinanciamento de passivos fiscais e creditícios e fundos de investimento em cooperativas de crédito ▪ Desenvolvimento da indústria farmacêutica (Região Sul do Estado) e metalurgia (Região Centro-Sul do Estado) ▪ Estruturação dos Pólos Ceramista, Calçadista, Madeira e Móveis e Têxtil e Confecção ▪ Implantação do Parque Tecnológico do Estado propiciando o desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços inovadores 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na formação gerencial dos empreendedores e na qualificação da mão-de-obra ▪ Implantar a infraestrutura necessária no Parque Tecnológico do Estado ▪ Atrair para o Estado instituições de pesquisa e desenvolvimento tecnológico 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO, IEL e SEBRAE/TO: Implantar o Programa: "Tocantins Competitivo" ▪ GOVERNO DO ESTADO: Atrair investimentos para o Estado por meio da divulgação das oportunidades existentes no Tocantins 	<p>GOVERNO, FIETO E SEBRAE procederam visitas a outros Estados e exterior, buscando investidores e divulgando oportunidades de negócios.</p> <p>Criado o Prêmio SEBRAE EMPRESARIAL, estimulando a produtividade das indústrias existentes no Estado.</p>
<p>Projetos Estruturantes</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão do setor da construção civil ▪ Construção da Ferrovia 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ampliar a oferta de recursos para atendimento da demanda dos projetos estruturantes 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO: Ampliar os investimentos na construção de unidades habitacionais (moradias populares); Realizar a 	<p>Hoje o Tocantins possui</p> <p>Três usinas hidrelétricas (Lajeado, Peixe Angical e Isamu Ikeda) e 2 pequenas centrais em funcionamento.</p>

	<p>Norte-Sul</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Potencial energético do Estado ▪ Disponibilidade de rodovias ▪ Consolidação da Hidrovia Tocantins ▪ Construção de portos fluviais ▪ Implantação do porto do Município de Praia Norte viabilizando a operacionalização da hidrovia Tocantins no trecho norte do Estado 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Intensificar as parcerias entre os agentes públicos e privados ▪ Qualificar a mão-de-obra portuária 	<p>pavimentação de novas vias e estradas; Expandir a rede de esgotamento sanitário, de abastecimento de água e de eletrificação</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ BANCO DA AMAZÔNIA: Continuar apoiando projetos no âmbito do PAC 	<p>Além disso, outras duas grandes hidrelétricas estão em construção (São Salvador e Estreito). Assim, o Estado produz muito mais energia do que consome (exportando 90,43% da energia a outros Estados). Atualmente, a produção do Tocantins é de 1.420 mega wats, enquanto seu consumo é de 136 mega wats. Isto se constitui no principal fator para pretensos investidores.</p> <p>A Empresa de Saneamento do Tocantins – SANEATINS, vem expandindo a rede de esgotos na Capital e principais cidades do interior.</p>
Agronegócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Crescimento das exportações do Estado ▪ Expansão da produção de grãos (arroz, milho e soja) e da pecuária de corte 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na formação de mão-de-obra especializada ▪ Aperfeiçoar a escala de produção dos principais produtos do agronegócio 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO e EMBRAPA: Ampliar a produção de mudas sadias de abacaxi e caju; Realizar análises de solos em vários 	<p>Participação efetiva no desenvolvimento de pesquisas das espécies adaptáveis no Estado, tanto na produção de grãos, fruticultura, pecuária e</p>

	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Existência de laticínios e frigoríficos com registro de SIF ▪ Instalação de agroindústria esmagadora de soja ▪ Produção de biodiesel 	<p>do Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ Criar culturas alternativas para a base produtiva de biodiesel ▪ Buscar viabilidade econômica para a produção das culturas de mamona e girassol ▪ Aprimorar a cultura do pinhão manso ▪ Intensificar as pesquisas para os produtos da cadeia do agronegócio ▪ Desenvolver a integração entre entidades afins e órgãos de sanidade vegetal e animal ▪ Desenvolver programas de fomento às micro e pequenas agroindústrias 	<p>municípios do Estado</p> <ul style="list-style-type: none"> ▪ GOVERNO DO ESTADO e DELEGACIA FEDERAL DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (DFDA/TO): Institucionalizar as câmaras técnicas do agronegócio 	<p>silvicultura.</p> <p>Elaborado Plano de Ação para a Mesoregião do Bico do Papagaio pelo Ministério da Integração, em parceria com o Governo Estadual e Instituições parceiras, cujo projeto foi construído pela PERSONAL.</p> <p>Foram feitas inseminações artificiais em 2.297 matrizes leiteiras pela SEAGRO.</p> <p>O RURALTINS realizou treinamentos sobre bovinocultura de leite e continua prestando assistência técnica aos mini e pequenos produtores.</p>
--	--	--	--	---

<p>Comércio e Serviços</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Expansão da rede atacadista do Estado ▪ Crescimento do segmento de prestação de serviços, principalmente na área de ensino superior ▪ Fomento à implantação de unidades comerciais ao longo da BR-153 ▪ Revitalização de centros comerciais 	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Investir na formação de mão-de-obra e na qualificação da gestão empresarial ▪ Melhorar a organização contábil das empresas que atuam no segmento 	<p>BANCO DA AMAZÔNIA: Ampliar o processo de simplificação do crédito</p>	
----------------------------	--	---	--	--

Araguatins	<p>Bovinocultura de Corte e Leite</p> <p>Silvicultura</p> <p>Piscicultura</p> <p>Comércio e Serviços</p> <p>Turismo</p>	<p>Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Araguatins</p> <p>Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Araguatins</p> <p>Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Araguatins</p> <p>Todos</p> <p>Araguatins</p>	<p>Região conhecida como "Bico do Papagaio", sendo composta na sua maioria por produtores da agricultura familiar vinculados em associações e assentamentos do INCRA; dispõe de assistência técnica e extensão rural; silvicultura em expansão; o Município de Augustinópolis concentra a produção de leite; existência de médios laticínios que, além de beneficiarem o leite, trabalham vários produtos lácteos.</p> <p>A Silvicultura está em fase de expansão atendendo, principalmente, o pólo cerâmico do sul do Pará.</p>
Colinas do Tocantins	Piscicultura, Cultivo de Soja e Bovinocultura de Corte e Leite. Silvicultura	Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Colinas do Tocantins	Atividades desenvolvidas principalmente por médios e grandes produtores; adoção de padrões sustentáveis de produção; dispõe de serviços de assistência técnica e extensão rural; mercado consumidor potencial em expansão com a inauguração do trecho da Ferrovia Norte Sul até o Município de Colinas do Tocantins

Dianópolis	Apicultura, Bovinocultura de Corte, Fruticultura Irrigada e Piscicultura, Cultivo de Soja, Milho e Algodão; Silvicultura; Calcário.	Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Dianópolis	Aglomerados bem estruturados; conta com apoio de assistência técnica; infraestrutura logística eficiente; dispõe de Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) com aproveitamento dos recursos hídricos da Região Sudeste do Estado; fruticultura irrigada em expansão no Projeto Manuel Alves apoiado pelo Ministério da Integração Nacional e Governo do Estado
Guaraí	Bovinocultura de Corte e Leite e Cultivo de Soja e cana.	Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Guaraí	Infraestrutura logística em boas condições com disponibilidade de armazéns e construção de pátio multimodal na Ferrovia Norte Sul; mercado consumidor potencial; adoção de alta tecnologia de produção; encontra-se em fase inicial o cultivo de canaviais visando a produção de etanol (foi construída na região indústria para a produção de etanol). A região se destaca, também, pela produção de leite e seus derivados, principalmente no Município de Colméia
Gurupí	Bovinocultura de Corte, Fruticultura e Cultivo de Grãos, inclusive soja destinada a semente; Silvicultura e Turismo.	Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Gurupí	Atividades bem consolidadas; mercado consumidor em crescimento; apresenta infraestrutura logística favorável; dispõe de serviços de assistência técnica e extensão rural; implantação de armazéns graneleiros e esmagadora de soja; frigorífico de grande porte em funcionamento; silvicultura em expansão; Na cidade de Figueirópolis a 50 km de Gurupi está previsto para situar o cruzamento da ferrovia norte sul com a leste oeste visando a interligação com os maiores centros de produção do país, onde acredita-se que poderá desenvolver um forte pólo de distribuição.
Miracema do Tocantins	Bovinocultura de Corte, Abacaxicultura, Apicultura e Silvicultura	Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Miracema do Tocantins	Municípios compostos por pequenos e médios produtores; atividades consolidadas que apresentam grande tradição na região; mercado potencial; boa infraestrutura de produção; silvicultura em expansão

Miranorte	Bovinocultura de Corte Abacaxicultura, Apicultura e Silvicultura	Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Miranorte	Região composta na sua maioria por pequenos e médios produtores; dispõe de assistência técnica e extensão rural; mercado consumidor favorável e em crescimento; dispõe de assistência técnica e apoio da SEAGRO na organização dos apicultores para aumento da produção de mel no Município de Barrolândia
Natividade	Bovinocultura de Corte, Piscicultura e Cultivo de Soja, reflorestamento	Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Natividade	Aglomerados bem estruturados; existência de serviços de assistência técnica e extensão rural; infraestrutura logística eficiente; piscicultura consolidada no Município de Almas (inclusive para exportação); silvicultura em implantação por grande empresa visando abastecimento de indústria de celulose
Palmas e Palmas- Metropolitana	Apicultura, Bovinocultura de Corte e Caprinocultura, Fruticultura e piscicultura em tanque rede e cultivo de Mandioca para fécula.	Todos os municípios sob jurisdição das Agências de Palmas e Palmas- Metropolitana	A bovinocultura de corte é uma atividade tradicional e consolidada na região; a apicultura está em franca expansão e a caprinocultura para produção de leite está consolidada no Município de Palmas; dispõe de assistência técnica e infraestrutura de produção; comércio e indústria em expansão; crescimento do turismo de lazer, dada a liberação do uso múltiplo do lago formado pela Usina Luiz Eduardo Magalhães; e do turismo ecológico na área de abrangência da Serra do Carmo

<p>Paraíso do Tocantins</p>	<p>Apicultura, Avicultura, Bovinocultura de Corte e Leite; Silvicultura e produção de grãos (arroz, milho, soja, etc.).</p>	<p>Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Paraíso do Tocantins</p>	<p>Apresenta boas condições de infraestrutura de apoio à produção; mercado consumidor em expansão; bom nível de organização dos produtores; avicultura em crescimento para abastecimento e elevação da utilização da capacidade instalada do abatedouro de frangos de grande empresa do setor; pecuária de corte consolidada com médios e grandes produtores trabalhando no melhoramento do padrão genético do rebanho bovino; existência de médio laticínio em Paraíso do Tocantins;</p> <p>A silvicultura também em expansão visando consumo no setor cerâmico e principalmente o fornecimento de madeira beneficiada, estacas e postes para construções de cerca e currais, além da construção civil.</p>
<p>Pedro Afonso</p>	<p>Bovinocultura de Corte, Silvicultura e Cultivo de Soja e Cana-de-açúcar, Turismo.</p>	<p>Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Pedro Afonso</p>	<p>O Município de Pedro Afonso é conhecido como a capital da soja. Concentra a maior parte da produção desse grão no Estado; atividade desenvolvida por médios e grandes produtores organizados em cooperativa adotando alta tecnologia de produção; estão sendo realizados investimentos de infraestrutura na região; canais em implantação visando produção de etanol; escoamento da produção favorecida com a inauguração da ponte sobre o rio Tocantins e plataforma multimodal da Ferrovia Norte Sul; crescimento do turismo de lazer</p>

<p>Porto Nacional</p>	<p>Apicultura, Bovinocultura de Corte e Leite, Piscicultura, Produção de grãos com destaque para soja e milho e arroz e feijão irrigados, fruticultura e artesanato.</p>	<p>Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Porto Nacional</p>	<p>Dispõe de assistência técnica; produtores qualificados e organizados; mercado consumidor potencial e em expansão; infraestrutura de produção favorável; silvicultura em fase inicial de implantação; o Município de Porto Nacional se destaca pela produção de biodiesel e pelo desenvolvimento da educação (Porto Nacional dispõe de duas faculdades oferecendo diversos cursos); crescimento do artesanato no Município de Ponte Alta do Tocantins.</p> <p>instalações de diversos armazéns graneleiros (BUNGUE, GRANOL, MULTIGIN, FIAGRIL, NOVA AGRI e KAAM), os quais fomentam a produção, principalmente de soja na região e conseqüentemente os demais setores da economia ligados à atividade, também são impulsionados.</p>
<p>Tocantinópolis</p>	<p>Apicultura, Avicultura, Bovinocultura de Leite e corte e Reflorestamento.</p>	<p>Todos os municípios sob jurisdição da Agência de Tocantinópolis</p>	<p>Região composta na sua maioria por mini e pequenos produtores; mercado consumidor potencial (produção destinada predominantemente para outros estados); existência de serviços de assistência técnica e extensão rural; infraestrutura de apoio à produção de qualidade; bom nível de capacitação e organização dos produtores; avicultura em expansão com o abatedouro de frangos de Aguiarnópolis.</p>

ANEXO V

SITUAÇÃO ATUAL DOS PROJETOS ESTRUTURANTES DESENVOLVIDOS NO ESTADO DO TOCANTINS

Projeto	Localização	Situação Atual
Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Areia	Município de Dianópolis	Projeto concluído
Projeto Manuel Alves (Fruticultura) apoiado pelo Ministério da Integração Nacional	Município de Porto Alegre do Tocantins	Projeto em execução
Ferrovias Norte Sul	Margem esquerda do Rio Tocantins estendendo-se de norte a sul do Estado (paralela à BR 153), com início no Município de Arraias e terminando na divisa com o Estado do Piauí	Projeto em execução

ANEXO VI

INSTITUIÇÕES PARTICIPANTES DO ENCONTRO TÉCNICO PARA O PLANEJAMENTO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS PARA 2012

1. AGROTÉCNICA
2. AGROTER
3. ARK Engenharia
4. Associação Comercial, Industrial, de Serviço e Agrícola do Tocantins (ACISA)
5. Banco da Amazônia
6. Centaurus Assessoria
7. CETEC
8. Conselho Regional de Contabilidade do Tocantins (CRC-TO)
9. COOPERCAM
10. COOPTER
11. Correa Planejamento
12. Delegacia Federal do MDA no Estado do Tocantins (DFDA/TO)
13. Federação das Indústrias do Estado do Tocantins (FIETO)
14. Fênix Projetos
15. Fundação Universidade do Tocantins (UNITINS)
16. Instituto de Desenvolvimento Rural do Estado do Tocantins (RURALTINS)
17. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)
18. INTEGRAR
19. Ministério da Integração Nacional (MI)
20. PLANTEL
21. PROJECTO
22. Secretaria das Cidades
23. Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento (SEAGRO)
24. Secretaria de Estado de Planejamento (SEPLAN)
25. Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SIC)
26. Superintendência Federal de Agricultura (SFA/TO)
27. Suporte Consultoria
28. UCBA Planejamento

ANEXO VII

PONTOS DE ATENDIMENTO DO BANCO DA AMAZÔNIA NO ESTADO DO TOCANTINS

O Banco da Amazônia participa com 21% da rede de agências bancárias da Região Amazônica e responde por mais de 66% do crédito de fomento aplicado na Região (base em maio/2011).

No Estado do Tocantins, a rede de pontos de atendimento do Banco da Amazônia é constituída por 15 Agências, conforme abaixo:

AGÊNCIA	ENDEREÇO	CEP	TELEFONE
1. ARAGUAÍNA	AV. CÔNEGO JOÃO LIMA, N.º 1846, SETOR CENTRAL	77 804-010	(63) 3414-3031
2. ARAGUATINS	RUA SIQUEIRA CAMPOS N.º 966, CENTRO	77950-000	(63) 3474-2867
3. COLINAS DO TOCANTINS	AV. PEDRO LUDOVICO TEIXEIRA, N.º 515, CENTRO	77 760-000	(63) 3476-4541
4. DIANÓPOLIS	PÇA. CORONEL ABÍLIO WOLNEY, N.º 103, CENTRO	77 300-000	(63) 3692-1375
5. GUARÁÍ	AV. BERNARDO SAYÃO, N.º 2192, CENTRO	77 700-000	(63) 3464-1007
6. GURUPI	AV. MATO GROSSO, N.º 1417, QD. 10, LOTE 01, CENTRO	77 403-020	(63) 3312-4700
7. MIRACEMA TOCANTINS	AV. TOCANTINS, N.º 509, CENTRO	77 650-000	(63) 3366-1737
8. MIRANORTE	AV. BERNADO SAYÃO S/N QUADRA 03 LOTE 04 CENTRO	77660-000	63) 3355-2498
9. NATIVIDADE	PÇA. SENADOR LEOPOLDO DE BULHÕES, N.º 30, CENTRO	77 370-000	(63) 3372-1162
10. PALMAS	103 NORTE, AV. JK, N.º 139, CENTRO	77 001-014	(63) 3215-1121
11. PALMAS METROPOLITANA	QUADRA 106 SUL AV. NS4 AL. 06 LOTE 10 N.º 04	77 001-014	(63) 2111-1210
12. PARAÍSO DO TOCANTINS	RUA TUPINAMBÁS, N.º 166, SETOR INTERLAGOS	77 600-000	(63) 3602-4200
13. PEDRO AFONSO	RUA CONSTÂNCIO GOMES, N.º 764, CENTRO	77 710-000	(63) 3466-1212
14. PORTO NACIONAL	AV. PRESIDENTE KENNEDY, N.º 795, CENTRO	77 500-000	(63) 3363-1101
15. TOCANTINÓPOLIS	RUA 21 DE ABRIL, N.º 337, CENTRO	77 900-000	(63) 3471-2100